

O laudo que desvendou crime da Novacap

Nos primeiros dias do mês de janeiro deste ano, a direção do Instituto de Criminalística tinha um problema nas mãos. O confronto balístico das 12 espingardas usadas pela Polícia Militar na manifestação de trabalhadores na Novacap, em 2 de dezembro, foi inconclusivo. A expectativa dos peritos era identificar a arma que disparou os cartuchos com chumbo, mas apesar dos 161 tiros disparados durante a ação da polícia, apenas 26 cartuchos foram recolhidos no local. Todos de borracha. Não havia como identificar a arma da qual saiu o tiro que matou o jardineiro José Ferreira da Silva.

Pelo exame realizado no Instituto de Medicina Legal, os peritos sabiam que José Ferreira fora atingido por 17 balins de chumbo. Pela maneira como penetraram no corpo, eles sabiam que José recebera dois grupos diferentes de balins, ou seja, dois tiros o acertaram. O que não se sabia era onde o jardineiro estava quando foi atingido.

Como em qualquer crime, peritos do IC foram ao local para encontrar vestígios. Entre o que encontraram estavam manchas de sangue sobre um dos caminhões utilizados no serviço. Amostras do sangue foram encaminhadas para a Divisão de Pesquisa de DNA Forense onde, comparadas com amostras retiradas do corpo, provaram ser de José Ferreira.

“O resultado do exame de DNA nos deu a provável posição de onde ele estava. Foi o ponto de partida”, lembra o diretor de perícia interna do IC, Paulo Vilarius dos Santos. A disposição das manchas aliada aos resultados do IML também “contou” aos peritos o que aconteceu com José ao receber os dois tiros e como ele se movimentou em seguida. Pelo traçado das perfurações, foi possível definir de onde exatamente os tiros foram disparados, graças às imutáveis leis da Física.

O número de suspeitos de disparar contra o jardineiro foi reduzido a 12, o número de espingardas calibre 12 utilizadas na manifestação. Ainda assim, a dificuldade de individualizar a suspeita



Peritos do Instituto de Criminalística vasculham cada objeto encontrado na cena de um crime. Às vezes, detalhes imperceptíveis a olho nu são essenciais para desvendar um caso

permaneceu, dada a impossibilidade do confronto balístico. Por isso, no dia 6 de janeiro, peritos do IC reuniram-se com os responsáveis pelos dois inquéritos (civil e militar) que investigavam o caso e com o diretor da Divisão de Pesquisa de DNA Forense.

Os peritos fizeram a proposta de realizar um laudo até então inédito no país: queriam usar a computação gráfica. A novidade é que a tecnologia não iria demonstrar conclusões de outros exames, como é comum tanto no DF quanto em outros Estados, mas para se chegar à própria conclusão. Para isso, os peritos se valeram de 48 minutos de imagens gravadas no local e de 400 fotografias fornecidas

pelo trabalho da imprensa.

Mas como encontrar o tiro certo em meio a tantos disparos? Se a falta de vestígios não permitiu determinar que arma disparou as balas de chumbo, foi do setor de balística que surgiu a oportunidade de descobrir, nas imagens, o atirador. Motivo: o disparo com munição de chumbo é diferente do com munição de borracha, o som e a fumaça são característicos em cada um. Na tela, um policial vestido de preto dispara um, dois tiros com munição de chumbo. Mas não se via contra o que ele estava atirando. José Ferreira, bloqueado por um ônibus, não aparece na cena.

O que os peritos precisavam

era ver a cena de ângulos diferentes. Para isso os peritos do IC usaram a computação gráfica para montar um quadro em três dimensões da cena, uma imagem que pudesse ser “girada” 360 graus e vista de todos os ângulos. Para manter a exatidão, foi realizado um levantamento topográfico minucioso da entrada da Novacap — todos os objetos, suas alturas e distâncias entre eles precisavam estar na escala precisa. Foi feita uma maquete eletrônica. Ao final, juntando-se os resultados dos laudos do IML e do IC, apenas um policial militar estava na posição exata, em condições de atingir o jardineiro sobre o caminhão da Novacap. O caso, agora, está com a Justiça.

PISANDO NA BOLA

A perícia técnica nem sempre faz jus à eficiência da qual se orgulha tanto. Há casos em que avaliações erradas por pouco não cometeram injustiças. Em Taguatinga, um homem foi encontrado morto próximo ao cemitério. Segundo o laudo pericial, ele havia sido vítima de três tiros nas costas.

No inquérito, apesar das discrepâncias entre o laudo da criminalística e o laudo do Instituto de Medicina Legal — que apontava trajetórias diferentes para os tiros —, uma pessoa foi detida como suspeita. Somado a um depoimento mentiroso, foi indiciada por homicídio. A falha só foi indentificada com o pedi-

do do Ministério Público para novas investigações.

Resultado: os tiros tinham origem em três trajetórias diferentes, e a vítima morrera depois que tentou assaltar um soldado do Exército que passava pelo local. Em outro caso, um acidente com um revólver dentro de um automóvel provocou suspeitas quando a perícia afirmou que a bala não estava no carro. A informação sugeria que a vítima tinha sido atingida em outra circunstância e por pouco o caso também não virou homicídio. Uma segunda perícia não só encontrou a bala como identificou a trajetória do tiro. Tudo realmente não passara de um acidente.